

WORKSHOP CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÂMBITO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL

 Inscrições até o dia **13-09-2026**, [neste link](#).



Workshop
CONTRATAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÂMBITO DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO
PARA A DEFESA DOS DIREITOS DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL
15-09-2026 (3ª-feira), das 10h às 12h
150 vagas
2 h/a
DOCENTES:
Alejandra Gavilanes, Mestra em Sociologia;
Jéssica Miranda Pinheiro, Advogada; Bruna Fernandez Marcondes, Advogada;
Valdirene Boaventura de Souza, Liderança do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia.
Público-alvo: Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4; Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as); Magistrados(as) e servidores(as) de outros regionais; Estudantes, advogados(as) e público em geral.
Este evento atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.
Inscrições até o dia 13-09: <https://sisejud.trt4.jus.br/ejud/>

DATA/PERÍODO	15-09-2026 (3ª-feira)		
HORÁRIO	10h às 12h		
FORMATO	Oficina ▾		
MODALIDADE	Telepresencial ▾		
APOIO, PARCERIA	ASPRODEC TRT4 e Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos		
LOCAL	Sala na plataforma Zoom. O link será enviado aos(as) inscritos(as) por e-mail.		
DOCENTES	Papel	Nome completo	Currículo resumido
1	Docente ▾	Jéssica Miranda Pinheiro	Advogada, com mais de 10 anos de experiência profissional em Gestão de Projetos. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e mestranda em Estudos Organizacionais, na Administração, ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Diretora Executiva na THEMIS - Gênero, Justiça e

			Direitos Humanos, compondo o Observatório de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Justiça. Atua, principalmente, com empoderamento legal e promoção de direitos de trabalhadoras domésticas remuneradas.
2	Docente ▾	Bruna Fernandes Marcondes	Advogada com experiência em coordenação de projetos e assessorias jurídicas a organizações e movimentos sociais. Consultora para FENATRAD e THEMIS da Resolução de direitos humanos do trabalho doméstico remunerado do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Coordenadora da área de projetos de trabalho doméstico remunerado da ONG Themis Gênero Justiça e Direitos Humanos. Coordenadora regional do projeto de empoderamento legal para mulheres “Defensoras Populares” do Ministério da Justiça em parceria com a FioCruz. Diretora do Instituto sociocultural AfroSul Odomode. Foi Secretária Executiva da Rede brasileira Lado. Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com ênfase em uso do direito por movimentos sociais. Especialista em Direito Sindical pela FEMARGS.
3	Docente ▾	Alejandra Gavilanes Jimenez	Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharela em Sociologia e Ciências Políticas pela Universidade Central do Equador (UCE). Possui mais de 20 anos de experiência na gestão e implementação de projetos e programas sociais, em âmbito nacional e internacional, bem como na realização de pesquisas e diagnósticos, especialmente na área de gênero. Atua como coordenadora da área de Trabalho Doméstico Remunerado da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.
4	Docente ▾	Valdirene Boaventura de Souza	Liderança do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia. Trabalhadora doméstica resgatada do trabalho em condições análogas à escravidão em 1996. Secretária de Assuntos Jurídicos do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Estado da Bahia (SINDOMÉSTICOS-BAHIA), mandato 2021-2025. Membro da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, vinculada ao Ministério de Direitos Humanos da União. Membro da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo na Bahia – COETRAE-BAHIA, vinculada à Secretária de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJDH – BA).
PÚBLICO-ALVO		Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4; Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as); Trabalhadores(as) terceirizados(as) do TRT4; Magistrados(as) e servidores(as) de outros regionais; Estudantes, advogados(as) e público em geral.	
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES		150 participantes	
CARGA HORÁRIA		2 horas-aula	

JUSTIFICATIVA	O trabalho doméstico remunerado constitui um setor ocupacional marcado principalmente pela informalidade, discriminação e desvalorização social e econômica, historicamente determinados por processos excludentes e de desigualdade social. Trata-se de uma atividade profundamente feminilizada, com predominância de mulheres - em sua maioria negras - que enfrentam condições precárias de trabalho, com altos índices de informalidade, discriminação racial e de gênero. No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2023), existem cerca de 6 milhões de pessoas ocupadas no setor; destas, 91,6% são mulheres, e entre elas, 67,4% são negras. Esses dados evidenciam a profunda intersecção entre as desigualdades de classe, raça e gênero que atravessam essa profissão. Nesse marco, é imprescindível promover o fortalecimento de boas práticas de contratação responsável no segmento de empregadores para avançar na garantia e proteção dos direitos das trabalhadoras domésticas, sua valorização e trabalho decente. Nesse sentido, a Themis, Gênero, Justiça e Direitos Humanos irá realizar uma palestra com foco na temática da contratação responsável, a valorização do trabalho do setor e sua dignificação. A iniciativa contará também com a participação de uma das lideranças da Diretiva Nacional da FENATRAD.
EMENTA	Contexto socioeconômico e demográfico do trabalho doméstico remunerado no Brasil. Principais diretrizes normativas para a contratação responsável de trabalhadoras domésticas, considerando a legislação brasileira (Lei Complementar nº 150) e a Convenção nº 189 sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos Decente (OIT). Diretrizes voltadas a empregadores/as, servidores/as e ao público em geral.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	- Contexto e configurações do trabalho doméstico remunerado. - Diretrizes normativas para a contratação responsável de trabalhadoras do setor. - Condições contemporâneas do trabalho doméstico remunerado: mecanismos de enfrentamento.
OBJETIVOS	O workshop tem como objetivo contribuir para uma melhor compreensão da contratação responsável e da valorização do trabalho doméstico remunerado no Brasil, a partir de uma abordagem interseccional que dialoga com as desigualdades estruturais e com as condições contemporâneas análogas à escravidão. Espera-se que os(as) participantes sejam capazes de: - Analisar as condições e configurações do trabalho doméstico remunerado, incluindo situações análogas à escravidão presentes no setor. - Compreender as principais diretrizes normativas.
METODOLOGIA	Será adotada uma metodologia participativa, por meio da qual os temas propostos serão trabalhados a partir de exposições dialogadas, promovendo um espaço interativo de troca de saberes, experiências e percepções. A abordagem articula conhecimentos técnicos e a experiência sindical no enfrentamento às condições análogas à escravidão no trabalho doméstico, a partir de uma perspectiva interseccional, intersetorial e multidisciplinar.
AValiação	Para magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4 e magistrados(as) e servidores(as) de outros regionais: - Avaliação de reação; - Avaliação de aprendizagem (registro reflexivo). Os(as) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEjud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado.
CERTIFICAÇÃO	- Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4; Magistrados(as) e servidores(as) de outros regionais: Terão direito à certificação aqueles(as) que registrarem frequência na atividade e responderem a avaliação de aprendizagem satisfatoriamente, dentro do prazo informado. - Público externo (advogados/as, estudantes, público em geral): Para aqueles(as) que registrarem a frequência, será disponibilizada uma declaração de participação, que poderá ser consultada pelos(as) próprios(as) interessados(as) diretamente no SisEjud. A frequência deve ser registrada diretamente no SisEjud, por meio de link disponibilizado durante o evento.
ACESSIBILIDADE	- Legendagem/Libras

FINALIDADES	- Magistrados(as): Formação Continuada, Promoção por Merecimento; - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Promoção.
BIBLIOGRAFIA	<i>Convenção nº 189 sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos</i>. Genebra: OIT, 2011. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/convecacao_189.pdf <i>Boletim Especial 27 de abril de 2025 (DIEESE)</i>. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/trabalhoDomestico.pdf <i>O caso do Brasil. Estudo sobre a Convenção 189, Recomendação 201 e a Lei Complementar 150/15</i>. Disponível em: https://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/07/O-CASO-DO-BRASIL-ESTUDO-SOBRE-A-CONVEN%C3%87%C3%83O-189-RECOMENDA%C3%87%C3%83O-201-E-LEI-COMPLEMENTAR-150.15.pdf
OBSERVAÇÕES	Servidores(as) do TRT4: 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90. Magistrados(as) do TRT4: Em atendimento à solicitação da Corregedoria Regional, informamos que, no período de frequência do curso, não haverá substituição por outro/a magistrado/a e que as pautas porventura remanejadas serão realizadas necessariamente pelo(a) interessado(a).

Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº



*8 - Trabalho decente e crescimento econômico
16 - Paz, justiça e instituições eficazes*